PSD grupo parlamentar

REQUERIMENTO

ASUNTO - PORTO COMERCIAL DO PICO

Numa Região com as caraterísticas arquipelágicas como as que são vividas nos Açores, um território descontínuo composto por nove parcelas isoladas e afastadas umas das outras, as acessibilidades marítimas e aéreas, constituem fator determinante e estruturante à sua economia e vida social.

No caso concreto das acessibilidades marítimas é estratégico existirem boas infraestruturas portuárias que respondam com eficiência e eficácia aos atuais fluxos de pessoas e bens e potenciem o desenvolvimento intrínseco a cada uma das nossas ilhas ou mesmo, de um conjunto de ilhas e da nossa Região, no seu todo.

É inegável que o espaço do Triângulo, constituído pelas ilhas do Pico, Faial e São Jorge, constitui um espaço geográfico da nossa Região muito dinâmico em termos de passageiros e de mercadorias assegurado por ligações marítimas, de extrema importância para a economia destas ilhas e também da Região, mas que no caso concreto da ilha do Pico, carece muito de uma infraestrutura portuária moderna e eficaz que responda às necessidades empresariais da ilha e de toda a sua população.

Esta infraestrutura necessita de um profundo e amplo reordenamento pois encontra-se atualmente num estado de degradação deplorável não respondendo, por isso, ao que é exigível, comprometendo assim a economia e o desenvolvimento da ilha do Pico.

Há cerca de uma dezena de anos que o partido socialista em campanhas eleitorais vem prometendo esta tão importante e necessária obra para o Pico, mas uma vez no Governo (e já desde 1996) nunca a concretizou.

Recorde-se que no manifesto eleitoral socialista de 2004 era afirmado o seguinte: "***...reordenamento da Baía do Porto Comercial do Pico e das zonas envolventes; início da obra de ampliação no próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007/2013)***". No manifesto de 2008 afirma-se: ***"Ampliar e reordenar o Porto Comercial de São Roque"***. No manifesto de 2012, o seguinte: ***" Ganhar o Futuro da Ilha do Pico é incentivar a nossa Economia... - Construir o novo Terminal de Passageiros de São Roque".***

Para além das promessas eleitorais, nesta matéria nunca cumpridas, no **dia 4 do mês de Abril do ano passado**, Vasco Cordeiro, então Secretário Regional da Economia, com pompa e circunstância, fazia a **apresentação do projeto de reordenamento do Porto de São Roque do Pico,** referindo-se a ele como "um investimento estruturante para o Triângulo porque vai consolidar o transporte marítimo".

As forças vivas da ilha, nomeadamente o Conselho de Ilha e os órgãos autárquicos do Concelho de São Roque (Câmara e

Assembleia Municipal) por diversas vezes e ao longo dos vários anos têm chamado a atenção do Governo para a urgente necessidade desta obra e procurado demonstrar a importância estratégica da mesma para a economia da ilha do Pico e do Triângulo. Este assunto já foi, também, objeto de uma petição popular que foi remetida ao parlamento açoriano.

Quando tudo fazia prever, aliás de acordo com as promessas feitas pelo Governo Regional, que esta obra seria lançada a concurso público ainda no atual Quadro Comunitário de Apoio (que termina em 2013) e que nele já estava assegurada verba para a mesma, ao que se sabe, por notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, o atual Presidente do Governo Regional, em reunião recentemente tida com o Presidente da Câmara Municipal de São Roque, terá informado o mesmo que o projeto da construção de um núcleo de passageiros e o reordenamento do Porto Comercial do Pico, não era uma prioridade para 2013.

Esta opção do Governo Regional dos Açores defrauda, uma vez mais, as mais legítimas expectativas dos picoenses e representa um incumprimento por parte do Governo, que os picoenses não compreendem, nem aceitam.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários questionam o Governo Regional nos termos seguintes.

1 – Quando prevê o Governo Regional lançar a concurso público o projeto de reordenamento do Porto Comercial do Pico, apresentado em público em Abril de 2012?

2 – Está ou não assegurada a respetiva verba no atual Quadro Comunitário de Apoio que termina em 2013?

3 – Estão ou não concluídos todos os ensaios, estudos e projetos técnicos para o respetivo concurso público?

4 – O Plano e Orçamento da Região para 2013 incluirá esta obra com dotação suficiente para o seu início e consequente normal desenvolvimento?

PICO, 8 de Janeiro de 2013

Os deputados regionais,

Duarte Freitas

Cláudio Lopes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 0096 Proc. n.º 54.03.06
Data: 09/01/09 N.º 30/X